

## O IMPACTO DA CONVERGÊNCIA CONTÁBIL NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SEGMENTO DE ENERGIA

*Milena Maria Dutra*<sup>1</sup>  
*Prof. Ricardo Pereira Rios*<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo teve como objetivo verificar e demonstrar o impacto da convergência nas demonstrações contábeis divulgadas pelas sociedades anônimas no segmento de energia de acordo com a implantação das leis nº 11.638/200, nº11.941/2009 e Pronunciamentos Contábeis. Para tanto realizou-se uma pesquisa sobre as reclassificações realizadas em suas demonstrações contábeis, apresentando as principais mudanças e seus impactos nas demonstrações contábeis divulgadas nos anos de 2007, 2008 e 2009 por 11 empresas do segmento de energia enviando questionário de pesquisa as mesmas. Com esta pesquisa conclui-se que os impactos da convergência contábil das demonstrações contábeis no segmento de energia foram a inclusão da DFC e DRA a qual a empresas não avaliaram a sua eficácia, pois ainda não a elaboraram; a elaboração do Balanço Patrimonial, devido a sua nova classificação; e nos resultados contábeis que sofreram alterações em função da implantação das novas normas contábeis. Conclui-se ainda que gerencialmente as demonstrações contábeis já eram bem compreendidas, porém as novas demonstrações contábeis representam melhor a realidade das empresas de energia.

**Palavras-Chaves:** Convergência, Demonstrações Contábeis, Impacto, Conversão

### **INTRODUÇÃO**

Com a globalização, as empresas evoluíram e se tornaram grandes organizações com sedes em vários países. As organizações em muitos países realizam controles e emitem relatórios contendo informações tanto para a entidade

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Contábeis pela Fac São Roque.

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque; Pós-graduado em Gestão Empresarial pela Universidade Nove de Julho – Uninove; Mestrando em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor titular da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque; Sócio das Empresas: Sorios Soluções Empresariais Ltda, Infoque Informatica Prod. Serv. Ltda e Ras Reviri Empresa de Contabilidade e Computação Ltda.

reguladora quando houver quanto para sua matriz, estes relatórios eram realizados dentro dos padrões de sua localidade, e a conversão dessas informações por vezes sofria distorção, eram interpretadas de forma equivocada e tinham custo de conversão.

Visando a melhoria destas informações foram criadas duas organizações: O *International Accounting Standards Board* - IASB, e o *Financial Accounting Standards Board* - FASB

O IASB tem como objetivo desenvolver um padrão de informações contábeis/financeiras compreensível de alta qualidade, aceito em todos os países. Ele é utilizado na União européia e em outros países como agora o Brasil, por exemplo.

O FASB é um órgão similar ao IASB, suas normas são seguidas em vários países como, por exemplo, o EUA, seus objetivos consistem em aumentar a comparabilidade internacional e a qualidade das normas utilizadas nos países que à utilizam. O FASB atua em cooperação com o IASB que é o sistema de normas para Europa e outros países que seguem esse organismo.

O Brasil como outros países fora da União Européia optou por utilizar o IASB para realizar a padronização de suas informações contábeis, para isso foi criado em 2005 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) formado por pelas seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas – (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – (APIMEC NACIONAL); Bolsa de Valores de São Paulo – (BOVESPA); Conselho Federal de Contabilidade – (CFC); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – (FIPECAFI); e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil- (IBRACON). Também foi aprovado à lei nº 11.638/2007 e a lei nº 11.941/2009.

O CPC tem como objetivo: estudar e preparar a emissão de Pronunciamentos Contábeis Técnicos, a divulgação de informações dessa natureza para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

O Brasil tomou a iniciativa de se adequar as normas internacionais de

contabilidade, vendo a necessidade das organizações em padronizar conceitos, relatórios e etc, isto aconteceu com as novas normas contábeis e, diante disto, as companhias ao se adequarem a nova lei, encontraram vários pontos relevantes, como a mudança nas reclassificações de suas contas.

O segmento de energia no Brasil é composto por 64 empresas, sustentado pelas leis n° 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004, e pelo Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004 e atende a toda população brasileira, pois é um bem de consumo primário.

A economia do Brasil está crescendo, o que exige que o setor de energia cresça também e acompanhe a crescente demanda de energia.

A alteração para adequação das práticas contábeis brasileiras às práticas internacionais, também é aplicada as empresas privadas do setor de energia, desta forma houve grande interesse em saber como se porta este segmento perante as novas práticas contábeis.

Tendo em vista a convergência das práticas contábeis brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade, a problematização é: qual o impacto da convergência contábil nas demonstrações contábeis no segmento de energia?

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1. PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis apresentam a situação econômica e financeira das companhias, mostrando posições como: posição patrimonial, financeira, rentabilidade, grau de risco, etc.

As demonstrações financeiras têm como objetivo fornecer informações sobre sua posição e desempenho e também tem como objetivo suprir necessidades de usuários dessas informações tais como: investidores, clientes, fornecedores, empregados, agências reguladoras e o público em geral.

Todas as sociedades por ações ou empresas de grande porte têm por obrigação elaborar e divulgar uma série de informações, que feitas por meio das Demonstrações Contábeis. A divulgação tem como objetivo divulgar aos usuários internos e externos informações estruturadas quanto a posição financeira/econômica da empresa.

A lei nº11.638/2007 instituiu o conceito de Sociedades de Grande Porte, conforme o Art 3º.

Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituída sob a forma de sociedade por ações, as disposições da Lei 6.404 de 1976, sobre a escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Único: Considera-se de grande porte, para fins exclusivos da lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00.

Em 04 de Dezembro de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o pronunciamento CPC PME – Contabilidade de Pequenas e Médias Empresas, este é destinado a regulação das demonstrações contábeis das pequenas e médias empresas.

As principais Demonstrações Contábeis de acordo com a lei nº 11.638/2007 são:

### **1.1 BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial apresenta a realidade patrimonial e financeira da empresa, ele é considerado estático, pois apresenta certa realidade em uma certa data.

Com o Balanço Patrimonial é possível realizar análise da situação patrimonial da empresa e juntando-o com outros demonstrativos também é possível realizar análise em vários outros aspectos, tais como: estrutura do capital aplicado, natureza das fontes destes capitais, produtividade e rentabilidade do capital investido e capacidade econômica. O Balanço Patrimonial deve ser elaborado ao menos no final de cada exercício social.

Ele é composto por 3 elementos básicos: ativo, passivo e patrimônio líquido.

“Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade;” (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC Estrutura Conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, 2008 pg. 13)

O ativo é dividido em 2 grupos, Ativo Circulante e Não Circulante, sendo considerado circulante tudo o que é realizado até o fim do exercício seguinte, ativo

não-circulante é considerado tudo o que é realizado após o final do exercício seguinte. No ativo não circulante constam os subgrupos: Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, e Intangível.

“Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos;” (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC Estrutura Conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, 2008 pg. 14)

O passivo é composto por 2 grupos: Circulante e Não Circulante No grupo circulante se encontram as fontes de recursos (dívidas) que se renovam até o fim do exercício seguinte, tais como: títulos, impostos, duplicatas e etc.

No grupo não circulante se encontram as fontes de recursos (dívidas) que se renovam em prazo maior ao fim do exercício seguinte e deverão ser quitados com recursos provenientes de lucros ainda a serem realizados.

“Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.” (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC Estrutura Conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, 2008 pg. 14)

No Patrimônio Líquido se encontram os recursos próprios<sup>3</sup> da empresa tais como capital investido, lucros e reservas. É a diferença entre ativo e passivo representando o valor líquido da empresa.

O balanço patrimonial sofreu alterações na sua classificação em função das novas normas. Essas alterações foram realizadas com o objetivo de retratar melhor a situação patrimonial da empresa e principalmente para se adequar à classificação internacional do Balanço Patrimonial.

As principais alterações foram:

- Os grupos do ativo foram reduzidos de três para apenas dois: Circulante e Não-circulante;

---

<sup>3</sup> Recursos Próprios: O Postulado da Entidade estabelece o Patrimônio como sendo o objeto da Contabilidade, e afirma a necessidade de diferenciação do patrimônio próprio com o patrimônio da entidade jurídica, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. O Postulado da Continuidade prevê que o processo contábil deve ser desenvolvido supondo-se que a entidade nunca terá um fim, ou seja, sem prazo estimado de duração. A suspensão das suas atividades pode provocar efeitos na utilidade de determinados ativos, com a perda, até mesmo integral, de seu valor.

- Criou-se o grupo Não Circulante, englobando o Realizável a longo Prazo e os valores que, antes, eram classificados no Permanente.
- Os bens de uso não corpóreos foram alocados do Imobilizado para um grupo autônomo denominado: Intangível.

## **1.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

A DRE demonstra o resultado de todas as operações da empresa, trazendo o lucro ou prejuízo do exercício, Apresenta as informações de forma ordenada com a cronologia dos eventos. A DRE demonstra todos os gastos incorridos pela empresa dentro do exercício, bem como todas as receitas obtidas, desta forma é possível identificar o retorno obtido diante dos custos realizados. Esta demonstração é muito útil para realização de análise econômico financeira da empresa, para a tomada de decisões e para conhecimento de despesas realizadas no período.

As principais alterações em função da lei nº 11.638/07, nº 11.941/09 e CPC's são inclusão do item Ajuste de Exercício Anterior, o qual reflete atualmente no Patrimônio Líquido e na Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), sendo decorrente de retificação de erro e mudança de critério contábil; Itens Extraordinários, que definem como eventos ou transações distintos das atividades operacionais da empresa; a evidenciação em separado dos ganhos e perdas em operações descontinuadas, proporcionando aos usuários internos e externos uma análise mais precisa do futuro da empresa; receitas e despesas financeiras devem aparecer separadas na demonstração do resultado.

## **1.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (DRA)**

A demonstração do Resultado Abrangente não é exigida pela lei societária, porém foi incluída pelo pronunciamento CPC nº 26 aprovado pela Deliberação da CVM Nº 595/09 e obrigatório para as demais sociedades pela resolução CFC Nº 1185/2009 em decorrência das mudanças advindas da convergência às normas internacionais.

O Resultado Abrangente é a mutação que ocorre no Patrimônio Líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com sócios. A entidade pode optar por apresenta - lá separadamente

ou dentro da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

#### **1.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)**

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido já pertencia ao grupo de demonstrações obrigatórias de acordo com a lei nº 6.404/76, foi redefinida por meio do pronunciamento técnico CPC nº 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é composta por toda a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas do Patrimônio Líquido de forma sumaria e coordenada, isto é, Capital, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Reservas de Reavaliação, Ações em Tesouraria e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Utiliza-se uma coluna para cada uma das contas do patrimônio da empresa, incluindo uma conta total, que representa a soma dos saldos ou transações de todas as contas individuais. Essa movimentação deve ser extraída das fichas de razão dessas contas. As transações e seus valores são transcritos nas colunas respectivas, mas de forma coordenada.

##### **1.4.1 A INTEGRAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS À DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A DLPA demonstra e evidencia o lucro do período, sua distribuição e movimentação ocorrida na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A DMPL evidencia as mudanças ocorridas no patrimônio líquido em determinando período de tempo. Essa demonstração evidencia claramente o fluxo de uma conta para outra indicando também as origens e os valores dos acréscimos e reduções no patrimônio líquido durante o período, sendo de grande importância para as empresas que possuem diversas contas em seu patrimônio líquido.

Reconhecendo a importância da DMPL, a Lei das Sociedades por ações mencionou-a aceitando-a como exposto no 2º parágrafo no Art. 186. Estabelece esse parágrafo que a Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados “poderá

ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, se elaborada e publicada pela companhia”.

A DMPL substitui a DLPA, pois, além de demonstrar a movimentação ocorrida com os lucros ou prejuízos acumulados, apresenta a movimentação das demais contas que integram o patrimônio líquido.

### **1.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)**

A demonstração dos fluxos de caixa passou a ser obrigatória recentemente de acordo com as novas normas contábeis, ela foi instituída em substituição à Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos - DOAR. As empresas de grande porte já obrigadas a elaborar a DFC devido à uma deliberação da CVM.

O objetivo da DFC é analisar as alternativas de investimentos e manter o controle ao longo do tempo as decisões mais importantes que são tomadas na organização, com reflexo monetário.

A demonstração dos fluxos de caixa indica a origem de todo o dinheiro, bem como sua aplicação e tem como principal objetivo demonstrar a situação financeira da empresa. Pela DFC pode-se avaliar as alternativas de investimentos e as alterações da situação financeira da empresa, para onde vão as aplicações e capital de giro, pois são fontes de informações para planejamentos financeiros.

A DFC deve atender a alguns requisitos, tais como: evidenciar o efeito periódico das transações de caixa segregadas por atividades operacionais, de investimento e de financiamentos. Também deve-se evidenciar separadamente, em Notas Explicativas que façam referência à DFC, as transações de investimento e financiamento que afetam a posição patrimonial da empresa, mas não impactam diretamente os fluxos de caixa do período; conciliar o resultado líquido (lucro/prejuízo) com o caixa líquido gerado ou consumido nas atividades operacionais.

A DFC deve ser elaborada de acordo com o pronunciamento técnico CPC Nº 03 - Demonstrações de fluxo de caixa.

Há dois modelos de DFC aceitos direto e indireto.

O formato direto é realizado com regime de caixa. O formato indireto também chamado de método de conciliação é baseado nos resultados líquido, seu aumento

ou diminuição são medidos em contas como: contas a receber, estoques e etc. O pronunciamento CPC n.º 03 faculta a utilização tanto do método indireto, quanto do direto, porém ele exige que, quando a companhia optar por elaborar a DFC pelo método direto deverá realizar a conciliação com o lucro líquido da companhia, o que praticamente implica em elaboração do método indireto.

## **1.6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

A Lei n.º 11.638/07 prevê a inclusão da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, como sendo parte integrante das demonstrações contábeis e parte integrante do balanço social, o conjunto dessas informações é o que está sendo chamado de Demonstração da Responsabilidade Social. Mesmo com este acontecimento percebe-se um aumento no interesse das empresas em divulgar estes relatórios complementares buscando dar transparência as suas atividades.

A apresentação da DVA divide-se basicamente em duas etapas, a primeira em verificar como foi gerado o valor adicionado. Na segunda parte demonstrar como foi distribuído o valor adicionado.

A DVA é muito útil do ponto de vista macroeconômico, pois, teoricamente os valores adicionados se somados podem representar o Produto Interno Bruto - PIB do segmento em que a empresa pertence, e a soma de todos os segmentos podem representar o PIB do País.

A DVA demonstra o valor da riqueza criada pela empresa e como essa riqueza é distribuída, por exemplo entre funcionários, acionistas, governo e etc.

Para elaborar a Demonstração do Valor Adicionado deve-se considerar a receita operacional, subtrair custos de recursos adquiridos de terceiros, tais como aquisição de matéria prima, mercadorias, embalagens, energia elétrica e tudo o que for utilizado no processo de produção. O valor obtido será o valor adicionado bruto. Também se deve considerar a desvalorização dos bens tais como máquinas equipamentos entre outros, subtraindo esses itens chega-se ao valor adicionado líquido, e, enfim, deve-se incluir receitas provenientes de equivalência patrimonial, receitas financeiras, despesas ou receitas não operacionais, assim chegando ao valor adicionado.

A Lei n.º 11.638/07 não prevê um modelo para elaboração da DVA, porém

deve ser elaborada de acordo com as orientações do pronunciamento CPC Nº 09.

As principais informações que devem estar contidas na DVA segundo a Lei nº 11.638/2007 que são:

Componentes geradores do valor adicionado e a sua distribuição entre empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela retida para reinvestimento.

## **2. O SEGMENTO DE ENERGIA NO BRASIL**

O setor de energia elétrica do Brasil basicamente é sustentado com a geração de energias por meio de hidroelétrica. Cerca de 70% da capacidade de geração nacional é composta por usinas hidrelétricas de grande e médio porte e Pequenas Centrais Hidrelétricas. A opção por este modelo se justifica pela existência de grandes rios de planalto, alimentados por chuvas tropicais abundantes que constituem uma das maiores reservas de água doce do mundo. Além disso, a energia é, em geral, mais barata no que tange ao aspecto operacional. Hoje, porém, os aproveitamentos hidráulicos para grandes e médias usinas localizam-se cada vez mais distantes dos grandes centros, com impactos significativos nos custos de transmissão. Devido aos impactos sócio-ambientais, as usinas hidrelétricas estão cada vez mais sujeitas às restrições para a obtenção de licenciamento. Esta forma de geração, no entanto, apresenta uma emissão bem menor de CO<sub>2</sub> do que as termelétricas.

### **2.1 REGULAÇÃO**

Durante os anos de 2003 e 2004, o Governo Federal lançou as bases de um novo modelo para o setor elétrico brasileiro, sustentado pelas Leis nº 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004, e pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

O novo modelo definiu a criação de três novas instituições: a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável pelo planejamento do setor elétrico a longo prazo, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), com a função de avaliar permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica, e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), uma instituição relativa à comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado. Outras alterações importantes incluem a definição do exercício do poder concedente ao ministério de

Minas e Energia (MME) e a ampliação da autonomia do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos dois ambientes para celebração de contratos de compra e venda de energia: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR), do qual participam Agentes de Geração e de Distribuição de energia, e o Ambiente de Contratação Livre (ACL), do qual participam Agentes de Geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia e consumidores livres.

O novo modelo do setor elétrico tem três objetivos principais:

- a) Garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.
- b) Promover a modicidade tarifária.
- c) Promover a inserção social no Setor Elétrico Brasileiro, em particular através dos programas de universalização de atendimento.

O modelo prevê um conjunto de medidas a serem observadas pelos Agentes, como a exigência de contratação de totalidade da demanda por parte das distribuidoras e dos consumidores livres, nova metodologia de cálculo do lastro para venda de geração, contratação de usinas hidrelétricas e termelétricas em proporções que assegurem melhor equilíbrio entre garantia e custo de suprimento, bem como o monitoramento permanente da continuidade e da segurança de suprimento, visando detectar desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda.

### **3. DESENVOLVIMENTO**

Este artigo teve como objetivo evidenciar e demonstrar quais foram os impactos na elaboração das demonstrações contábeis no segmento de energia em função das Leis nº 11.638/2007, nº 11.941/2009 e da divulgação dos CPC's, para isto realizou-se uma pesquisa com 11 empresas do segmento de energia elétrica.

O segmento de energia elétrica hoje é composto por 64 empresas que divulgam suas demonstrações contábeis, estas empresas estão listadas no site da Bovespa, as demais empresas do segmento de energia fazem parte das empresas listadas na Bovespa.

### **3.1 METODOLOGIA**

Utilizou-se o método indutivo que segundo Gil parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares, ou seja, utilizou dados concretos e evidências, sendo este fundamentado em questionários individuais enviados às empresas.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, pois tem como objetivo identificar e esclarecer quais foram os impactos gerados pela alteração na elaboração das demonstrações contábeis, Segundo Gil a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.

O questionário elaborado para esta pesquisa é composto por 11 perguntas alternativas, sendo que 9 foram elaboradas de acordo com a escala de Likert sendo composta por alternativas de 1 a 5 onde (5) concorda totalmente, (4) concorda parcialmente, (3) julga indiferente, (2) não concorda parcialmente e (1) não concorda totalmente com as afirmações. As outras 2 questões são compostas por 2 alternativas.

O questionário foi respondido por contadores, analista contábil sênior, analistas de controlaria, gerentes de contabilidade e gerentes de demonstrações financeiras.

### **3.2 UNIVERSO, AMOSTRA E COLETAS DE DADOS**

No site da Bovespa verificamos que há 64 empresas listadas, destas 13 não possuem contato, e são empresas de participações.

Das 64 empresas listadas no site da Bovespa verificou-se que estas empresas pertencem à grupos de empresas que consolidando compõem o segmento. Há 34 grupos de empresas de energia. Para realização desta pesquisa foram contatadas empresas dos 34 grupos e, destes 2 empresas optaram por não participar da pesquisa, 20 empresas não responderam ao contato e 11 empresas responderam ao questionário enviado.

Realizou-se contato com as 51 empresas restantes e destas, 2 empresas não manifestaram interesse em participar da pesquisa e 11 responderam o questionário enviado.

Os dados apresentados foram coletados por meio de questionário enviado à representantes da área contábil por email e correspondência, para tanto foi realizado contato telefônico com todas as empresas participantes.

As empresas participantes desta pesquisa são:

Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Centrais de Eletricidade de Santa Catarina S.A - CELESC

Centrais de Eletricidade Brasileira S.A - Eletrobrás

Metropolitana El. São Paulo S. A - Eletropaulo

Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Rio Grande Energia S.A - RGE

Ligth S/A

Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

Distribuidora de Energia Elétrica S/A - AES Sul

### **3.3 RESULTADOS**

Verificamos que 100% das empresas pesquisadas atendem a nova legislação contábil e que estas representam 17,19% das empresas que pertencem ao segmento de energia.

#### **3.3.1 DIFICULDADES EM SE ADEQUAR AS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

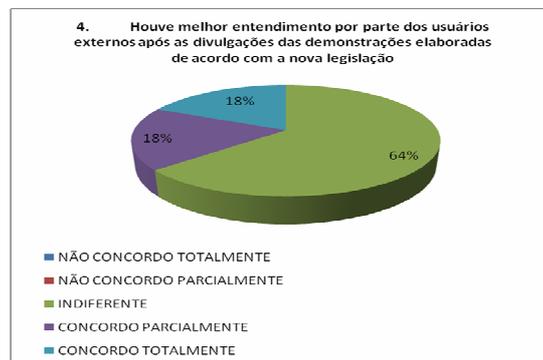
Das empresas participantes 73% concordam parcialmente que houveram dificuldades em se adequar as novas práticas contábeis e 18% julgaram indiferente a dificuldade em se adequar as novas praticas, estas empresas julgaram indiferentes pois já atendiam a normas internacionais que se assemelha as novas praticas brasileiras, podemos ver abaixo quadro demonstrativo.



Elaborado pela autora

### 3.3.2 ENTENDIMENTO DAS NOVAS DEMONSTRAÇÕES PELOS USUÁRIOS

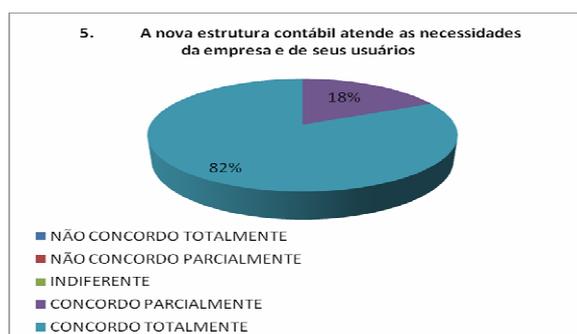
Foi indiferente a melhora no entendimento por parte de seus usuários 64% das empresas, isto se dá por que talvez as demonstrações contábeis já fossem bem compreendidas, ou por que as demonstrações ainda não sofreram todas as alterações da nova legislação.



Elaborado pela autora

### 3.3.3 A NOVA ESTRUTURA CONTÁBIL

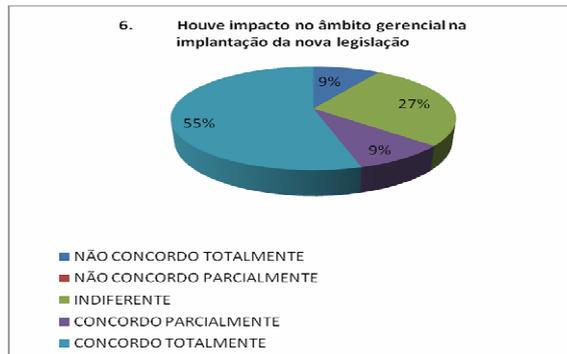
Quanto a nova estrutura contábil 82% das empresas concordaram totalmente que esta atende melhor a seus usuários. .



Elaborado pela autora

### 3.3.4 IMPACTO GERENCIAL

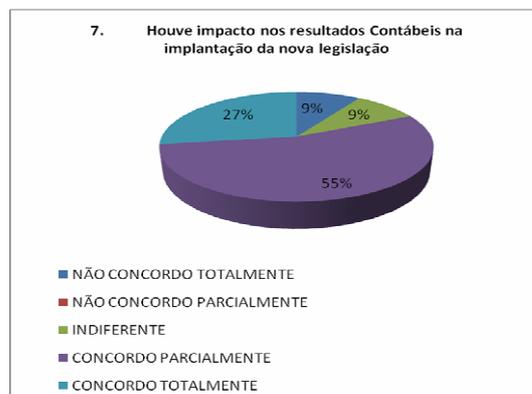
Das empresas que participaram da pesquisa 55% concordaram totalmente que houve impacto em âmbito gerencial e 27% julgaram indiferente o impacto gerencial.



Elaborado pela autora

### 3.3.5 IMPACTOS NOS RESULTADOS CONTÁBEIS

Reconheceram parcialmente impactos nos resultados contábeis 82% das empresas que responderam ao questionário, concordando totalmente ou parcialmente.

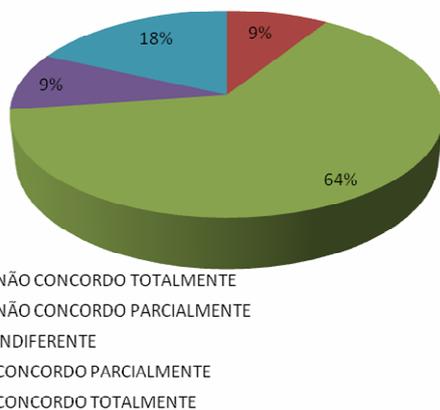


Elaborado pela autora

### 3.3.6 A INCLUSÃO DA DFC E DRA

Das empresas que participaram da pesquisa 64% julgaram indiferente a inclusão da DFC e DRA abrangente para o entendimento da situação econômico financeira da companhia por parte de seus usuários

8. As Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstrações do Resultado Abrangente foram incluídas na relação de demonstrações obrigatórias para que seus usuários entendessem de forma simples a situação econômico financeira da companhia e de on

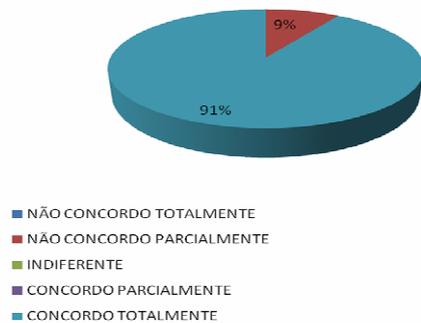


Elaborado pela autora

### 3.3.7 A NOVA CLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

A nova classificação do Balanço Patrimonial reflete melhor o patrimônio da companhia na opinião de 91% das empresas participantes.

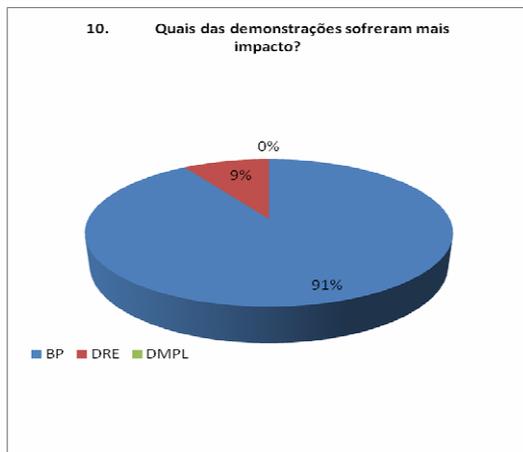
9. A nova classificação do Balanço Patrimonial demonstra melhor a situação do Patrimônio da companhia



Elaborado pela autora

### 3.3.8 O IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

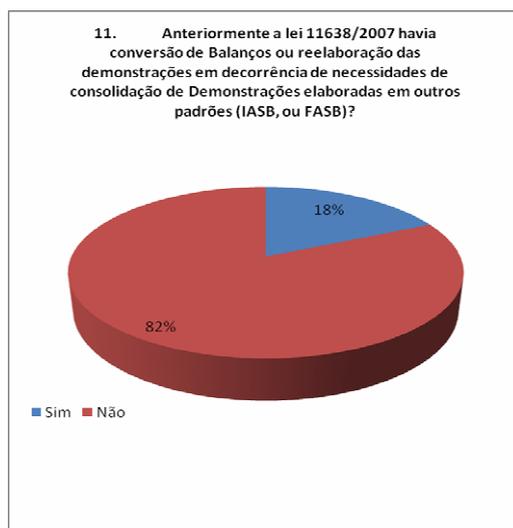
Quanto ao impacto das demonstrações 91% das empresas elegeram o Balanço Patrimonial como a Demonstração que sofreu mais impacto.



Elaborado pela autora

### 3.3.9 OS PADRÕES INTERNACIONAIS

Das empresas participantes da pesquisa verificamos que 82% não reelaboravam demonstrações contábeis em função de outros padrões internacionais



Elaborado pela autora

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa concluiu-se que em suma todas as empresas do segmento de energia ainda não adequaram suas demonstrações contábeis com os CPC's divulgados em 2010, desta forma esta pesquisa está fundamentada pela lei 11.638/2007, 11.941/2009 e CPC's divulgados até 31/12/2009.

Esta pesquisa teve 100% de participantes que elaboram e divulgam suas demonstrações contábeis, assim verificou-se que no segmento de energia a nova

classificação do Balanço Patrimonial retrata melhor a realidade das companhias, e que apenas 18% das companhias já convertiam suas demonstrações em outras moedas e reelaboravam suas demonstrações em outros padrões/práticas, desta forma 73% das empresas concordaram parcialmente que tiveram dificuldades para se adequar a nova legislação contábil.

Das empresas participantes 64% julgaram indiferente a melhora do entendimento das demonstrações e da situação da companhia, talvez seja por que as demonstrações eram refeitas para apresentação aos usuários ou por que o modelo anterior também era perfeitamente compreensível, porém 82% julgaram que a novas demonstrações atendem as necessidades de seus usuários o que talvez indique que tanto a nova quanto a antiga classificação das demonstrações eram bem entendidas, por seus usuários, isto levando em consideração que somente 18% das empresas reelaboravam suas demonstrações em outros padrões.

No âmbito gerencial 55% das empresas concordaram que ocorreram alterações significativas, assim pode-se concluir que apesar de seus resultados terem poucas alterações, gerencialmente a novas demonstrações representam melhor as empresas.

Já a inclusão da DFC e Demonstração do Resultado Abrangente foram julgadas indiferentes, porém conclui-se que isto se deve a sua inclusão que deverá ser feita em 2010 e divulgada em 2011 e que devido a isto as empresas ainda não conseguiram concluir-las conforme observações expostas no questionário de pesquisa.

O Balanço patrimonial foi julgado por 91% das empresas como a demonstração com mais impacto, isto deve - se a extinção do ativo diferido e a reclassificação do Ativo e Passivo em circulante e não circulante.

Conclui-se que os impactos da convergência contábil das demonstrações contábeis no segmento de energia de acordo com a pesquisa realizada neste artigo foram a inclusão da DFC e DRA a qual a empresas não avaliaram o sua eficácia, pois ainda não a elaboraram; a elaboração do Balanço Patrimonial, devido a sua nova classificação; e nos resultados contábeis que sofreram alterações em função da implantação das novas normas contábeis. Conclui-se ainda que gerencialmente

as demonstrações contábeis já eram bem compreendidas, porém as novas demonstrações contábeis representam melhor a realidade das empresas de energia.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Lei 11.638/07 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)>. Acesso em 25 abr. 2010

\_\_\_\_\_, **Lei 11.941/09 27 de maio de 2009**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm)> Acesso em 24 e 25 de jul. de 2010.

\_\_\_\_\_, **Lei 6.404/76 15 de dezembro de 1976**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm)> Acesso em 24 e 25 de jul. de 2010.

CAMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. **O processo de comercialização**. Disponível em: <[http://www.ccee.org.br/cceeinterdsm/v/index.jsp?vgnextoid=dbaaa5c1de88a010Vg\\_nVCM100000aa01a8c0RCRD](http://www.ccee.org.br/cceeinterdsm/v/index.jsp?vgnextoid=dbaaa5c1de88a010Vg_nVCM100000aa01a8c0RCRD)>. Acesso em 19 de mai. 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. pg 81-105, 106-110 Disponível em: < [http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_PMEeGlossario.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento conceitual básico estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. pg 9-67 Disponível em: <[http://cfc.org.br/uparq/livro\\_CPC2.pdf](http://cfc.org.br/uparq/livro_CPC2.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento técnico CPC 03 – Demonstrações de fluxo de caixa**. pg 205-247 Disponível em: < [www.cpc.org.br/cpc03.html](http://www.cpc.org.br/cpc03.html)>. Acesso em: 23 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento técnico CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis**. pg 81-105, 106-110 Disponível em: < [http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2026\\_2010.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2026_2010.pdf)>. Acesso em: 06 ago. 2010.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Ed. Atlas 2ª edição, 2010. Capítulo 1 – Estrutura Conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas 4ª edição, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 5ª edição, 1999.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 8ª edição, 2010.

MARION, José Carlos (cord); REIS, Arnaldo (cord). **Mudanças nas demonstrações contábeis**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDICIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade das sociedades por ações – FIPECAFI**. São Paulo: Atlas, 7<sup>o</sup> edição, 2007.

SÁ, Nívea Vasconcelos de Almeida; MAEDA, Ernesto Kenshi Carvalho; FARIA, Moacir Alves de. **Diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Roque - SP. Revisado em 23/03/2010. Disponível em: <[http://www.facsao Roque.br/novo/downloads/pdf/diretrizes\\_fac\\_050410.pdf](http://www.facsao Roque.br/novo/downloads/pdf/diretrizes_fac_050410.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2010.